

A. I. N.º - 269094.1668/07-4
AUTUADO - DENILSON CARNEIRO DE OLIVEIRA
AUTUANTE - EMÍLIO ALVES DE SOUZA FILHO
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 05/09/2007

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0284-03/07

EMENTA: ICMS. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE REGISTRO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de registro de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Autuado não elidiu a acusação. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 15/03/2007, reclama ICMS no valor de R\$585,00, com aplicação da multa de 70%, pela omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas.

Inconformado, o autuado apresenta impugnação, tempestivamente (fl. 13)), argüindo que a aquisição das mercadorias objeto do lançamento de ofício, foi realizada por terceiros, não tendo conhecimento da existência das notas fiscais que serviram de base para lavratura do Auto de Infração. Entende que não tem responsabilidade pelo débito tributário, cabendo à SEFAZ apresentar as provas necessárias para confirmação da autoria das referidas aquisições.

O autuante, por sua vez, produz informação fiscal às folhas 21/22, discorrendo inicialmente sobre a infração imputada e as alegações defensivas. Assevera que o autuado restringe-se a negar o cometimento da infração, não trazendo elementos concretos para elidir a acusação fiscal. Conclui, mantendo na íntegra o Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração foi lavrado para exigência de ICMS por omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas não registradas.

Com relação a esta infração, as notas fiscais anexadas aos autos (fls. 06 a 08), servem de prova material da aquisição das mercadorias nelas constantes, caracterizando a presunção da existência de pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de realização de operações anteriores com recursos também não contabilizados, previstas no inciso IV do § 3º do artigo 2º do RICMS-BA.

§ 3º Presume-se a ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto, a menos que o contribuinte comprove a improcedência da presunção, sempre que a escrituração indicar:

I - saldo credor de caixa;

II - suprimento a caixa de origem não comprovada;

III - manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes;

IV - entradas de mercadorias ou bens não registradas;

A presunção legal é *juris tantum*, ou seja, admite prova em contrário. No caso em apreço, caberia ao impugnante exibir as provas do não cometimento da infração, imputada no lançamento de ofício.

Da análise das peças processuais, verifico que as mercadorias adquiridas estão inseridas no rol de produtos comercializados pelo defendente, fato não contestado nas suas alegações defensivas. Nas notas fiscais estão indicados os dados do autuado na condição de adquirente, como: endereço e inscrição estadual. Ademais, a simples negativa de cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal, nos termos do artigo 143, do RPAF-BA

Com relação à base de cálculo apurada pelo autuante, o demonstrativo elaborado (fl. 05), demonstra a correção do valor exigido, tendo sido concedido o crédito fiscal presumido de 8%, a que faz jus as empresa inscritas no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA).

Mantida a exigência fiscal.

Em face de todo o exposto, concluo, pela **PROCEDÊNCIA** do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 269094.1668/07-4, lavrado contra **DENILSON CARNEIRO DE OLIVEIRA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento de imposto no valor total de **R\$585,00**, acrescido da multa de 70%, prevista no artigo 42, inciso III da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de agosto de 2007.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA